

jornal da tarde

Publicado pela S. A. O ESTADO DE S. PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 César Tácito Lopes Costa
 José M. Homem de Montes
 Oliveira S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita
 Editor Chefe
 Celso Kinjo

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Orlando Marques
 Diretor Agência Estado
 Rodrigo L. Mesquita

A paciência acabou

A dura entrevista concedida pelo empresário Antônio Ermírio de Moraes na quarta-feira, antes do encontro de um grupo de empresários paulistas com o príncipe Charles, é a maior demonstração de que a paciência da sociedade brasileira com a política econômica do governo Collor chegou ao fim. O superintendente do Grupo Votorantim sempre se dispôs a colaborar com as autoridades de Brasília e ainda agora decidiu não entrar na Justiça para tentar desbloquear o dinheiro de suas companhias retido pelo Plano Collor 1 porque não quer ser acusado de ter colaborado para o fracasso do programa antiinflacionário.

O desabafo de Antônio Ermírio, assistido e corroborado por outros dois empresários — José Mindlin e Ricardo Semler —, não é um ato isolado. No mesmo dia, numa reunião na Federação das Indústrias de São Paulo, membros do Conselho Superior de Economia da entidade discutiram a situação econômica do País com duras críticas aos efeitos da recessão provocada pela equipe econômica na vida das empresas.

O quadro é realmente desalentador: a Fiesp registrou uma queda de 15,8% na produção da indústria paulista no primeiro ano do governo Collor em comparação com os 12 meses anteriores no governo Sarney, sem perspectivas de melhora em abril; só em março o Indicador do Nível de Atividade da Fiesp caiu 10,3%; em março ainda, segundo a Fundação Seade e o Dieese, o número de pessoas desempregadas em São Paulo ultrapassou a barreira de um milhão; na primeira quinzena de abril, depois de uma recuperação em março, as vendas do comércio varejista no Estado de São Paulo estagnaram, ao mesmo tempo em que cresceu assustadoramente a inadimplência entre as pessoas físicas.

“Do jeito que as coisas se encaminham, em breve estaremos vivendo num campo em ruínas sem inflação” — resume o presidente do grupo Metal Leve, José Mindlin.

Essa irritação dos empresários é contra os desmandos, as “arbitrariedades” (expressão usada na Fiesp) da equipe econômica que assessora o presidente Collor. As empresas estão com seus lucros reprimidos pelo controle de preços, sofrem pressões de

custos (efeitos do tarifaço, dos juros elevados e das justas reivindicações salariais) e não conseguem do governo autorização para corrigir as distorções existentes. “O governo está nos conduzindo à ilegalidade” — avisou Antônio Ermírio, repetindo um desabafo idêntico ao que foi feito há alguns dias pelo presidente do grupo Lorenzetti, Aldo Lorenzetti.

A lógica do capitalismo é o lucro, ninguém trabalha para ter prejuízo. Empresa que funciona no vermelho é empresa condenada à falência, coisa que os meninos de d. Zélia ainda não compreenderam com sua pretensão de tudo controlar, de ditar as regras de funcionamento do organismo econômico. Numa situação dessas, as empresas ou passam a sonegar impostos, vender sem nota, maquiar seus produtos, ou reduzem suas atividades, fechando postos de emprego e ampliando a miséria social.

E é o que está acontecendo. “O Brasil parou. Ninguém mais investe. A indústria de base parou de aplicar e, em breve, vamos viver uma situação dramática. Não teremos oferta e a demanda aumentará” — constata Antônio Ermírio. A confirmação mais recente disto está numa notícia que o **Jornal da Tarde** publicou ontem: a Alcoa, gigante multinacional da área de alumínio, desistiu de investir US\$ 1,4 bilhão no País, nos próximos cinco anos, para instalar uma fábrica de lingotes destinados ao mercado externo. A fábrica — e os empregos que ela traria — deverá ir para a Venezuela, sobrando para o Brasil apenas migalhas de investimentos para manutenção do atual parque industrial da empresa.

O Brasil perderá este investimento para a Venezuela, como já perdeu muitos outros para os próprios venezuelanos, para o Chile e para o México, países cujos burocratas e políticos já não têm mais a pretensão da onipotência que assola seus países brasileiros. Está na hora de nossos homens públicos esquecerem essa mania de inventar soluções geniais para as questões que o mundo inteiro já resolveu de forma simples e direta. E se renderem à evidência das leis que fizeram a riqueza das democracias do mundo ocidental. Ninguém vende com prejuízo e ninguém investe se não pode ter lucro.